

À Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta – SC.

A/C Ilustríssimo Pregoeiro(a)/Agente de Contratação.

Pregão Eletrônico nº 05/2024 - FMS

Processo Administrativo nº 05/2024 - FMS

Objeto: Registro de preços para aquisição de próteses dentárias (total e parcial removível mandibular e/ou maxilar), para atendimento à população do município de Cordilheira Alta- SC, usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

Identure Brasil – Odontologia Digital Ltda., empresa inscrita no CNPJ sob o nº 50.029.301/0001-16, sediada na Rodovia Gastão Dal Farra, s/n, Km 07, Bairro Jardim Aeroporto, município de Botucatu – Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de Identure ou licitante, neste ato representada nos termos de seu contrato social e respectivas alterações, por seu representante legal que esta subscreve vem, respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 164 da Lei nº 14133/2021 que, por sua vez, versa sobre licitações e contratos administrativos, bem como com fulcro no item 12 e seguintes do instrumento licitatório interpor, tempestivamente, a presente impugnação ao edital, referente ao pregão eletrônico nº 05/2024 - FMS, ante as razões de fato e de direito a seguir expostas:

Das razões de fato e de direito:

A Municipalidade de Cordilheira Alta - SC, publicou edital relativo ao procedimento licitatório em epígrafe, objetivando o registro de preços para aquisição de próteses dentárias (total e parcial removível mandibular e/ou maxilar), para atendimento à população do município de Cordilheira Alta- SC, usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

A presente empresa, ora licitante encontra-se devidamente constituída e atuando no segmento odontológico, fabricação de próteses dentárias e correlatos. Depreende-se, portanto, que o objeto licitado é exatamente o escopo das suas atividades, o que originou a obtenção do instrumento convocatório em epígrafe.

No entanto, após detida análise do aludido instrumento convocatório acerca do pregão eletrônico em comento, verificou esta empresa licitante a existência de exigência indevida que, se não apreciada, eivará todo o certame de vício insanável, conforme segue:

Do Termo de Referência

Face criteriosa e detalhada verificação acerca dos caracteres formais que integram o termo de referência do edital de licitação, observa-se que as exigências impostas impedem a participação de pluralidade de fabricantes e/ou fornecedores.

Por sua vez, no tocante especificamente a pretendida aquisição, estabelece o instrumento convocatório em análise, em seu Anexo A - Termo de Referência, conforme segue:

LOTE 01:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	UNIT	TOTAL
01	Prótese total superior (PT) acrilizada, confeccionada em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes, com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e à abrasão; ausência total de bolhas ou porosidades; fluorescência natural; Certificação ISO. Deve incluir: placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem e acrilização. Com moldagem e ajustes necessários.	un	60	R\$443,16	R\$26.589,60
02	Prótese total inferior (PT) acrilizada, confeccionada em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes, com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e à abrasão; ausência total de bolhas ou porosidades; fluorescência natural; Certificação ISO. Deve incluir: placa de mordida,	un	60	R\$443,16	R\$26.589,60

	montagem, ceroplastia, prensagem e acrilização. Com moldagem e ajustes necessários.				
03	Prótese parcial removível superior (PPR), acrilizada, confeccionada em acrílico termo- polimerizável de alta resistência, cromo cobalto com dentes, com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e à abrasão; ausência total de bolhas ou porosidades, fluorescência natural; Certificação ISO. Deve incluir: placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem e acrilização. Com moldagem e ajustes necessário.	un	70	R\$541,59	R\$37.911,30
04	Prótese parcial removível inferior (PPR), acrilizada, confeccionada em acrílico termo- polimerizável de alta resistência, cromo cobalto com dentes, com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e à abrasão; ausência total de bolhas ou porosidades, fluorescência natural; Certificação ISO. Deve incluir: placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem e acrilização. Com moldagem e ajustes necessário.	un	70	R\$541,59	R\$37.911,30
05	Reembasamento de prótese total superior e inferior.	un	30	R\$123,27	R\$3.698,10
06	Conserto de prótese total superior ou inferior rachaduras e ou trincas, troca de 3 elementos, conserto auto polimerizável.	un	30	R\$144,58	R\$4.337,40
Valor total estimado do lote 01:					R\$137.037,30

Repita-se, portanto, que a Municipalidade detalhou os requisitos técnicos a serem atendidos no que se refere a produção de próteses dentárias, conforme ora destacado.

Contudo, a forma como as exigências encontram-se previstas no descritivo técnico supramencionado, estabelecendo a forma da produção de próteses dentárias, determinando suas características e discriminando detalhadamente a forma de confecção e método fabril, inevitavelmente restringirá o seu fornecimento à reduzida gama de empresas atuantes no mercado.

Em síntese, inequivocamente haverá restrito número de empresas licitantes aptas ao fornecimento do pretendido objeto e atendendo assim aos exatos termos constantes do respectivo Termo de Referência.

Isto posto, em que pese o criterioso trabalho empregado pela Municipalidade e sua respectiva equipe técnica quanto a elaboração do edital licitatório em análise, infere-se do descritivo técnico destacado e acostado à presente impugnação, que uma vez mantidos seus respectivos requisitos, impedirá que vasta gama de empresas que também desenvolvem, fabricam e comercializam mesmo produto participem regularmente do certame licitatório, tendo em vista o caráter restritivo das exigências em questão.

Outrossim, o edital licitatório, como medida de legalidade, isonomia e objetivando a ampla competitividade, deverá prever, mormente no tocante ao seu termo de referência, a possibilidade de confecção do item em análise utilizando métodos de fabricação e tecnologias modernas que coadunam com o surgimento de novas técnicas já amplamente empregadas no mercado que, por sua vez, trarão também benefícios ao Poder Público contratante e, principalmente, ao paciente, que terá acesso ao uso de próteses que certamente proporcionarão benefícios e conforto quanto ao seu uso.

Melhor explicitando, a confecção de próteses dentárias pode ser realizada por meio de duas metodologias principais: analógica e digital.

A metodologia analógica envolve processos manuais, como a moldagem física e o uso de modelos em gesso, onde a precisão depende da habilidade do profissional. Esse método exige mais tempo, materiais e apresenta maior possibilidade de ajustes e refações devido a erros humanos.

Por outro lado, o método digital utiliza tecnologia avançada como scanners intraorais e softwares de modelagem 3D (impressora 3D) otimizando o processo de fabricação e minimizando erros.

Os benefícios da contratação da metodologia digital podem ser aplicados sob dois aspectos principais:

1. Sustentabilidade contratual e economicidade:

A digitalização dos processos reduz o consumo de insumos como gesso, silicone e resina, além de diminuir a geração de resíduos, contribuindo para uma maior eficiência econômica e ambiental, face a redução da necessidade de ajustes, ensejando assim a economia de tempo e recursos.

Ademais, o processo de digitalização permite a centralização e armazenamento de dados em arquivos eletrônicos, evitando a perda de documentos e facilitando o acesso aos arquivos, bem como eventual atualização de informações oportunamente acervadas.

2. Celeridade e otimização do fornecimento:

A metodologia digital, dentre outras vantagens, permite a redução de prazos ao eliminar etapas manuais demoradas e, por consequência, otimizando também a entrega das próteses dentárias.

Importante salientar que a rapidez na execução do objeto contratado favorece a celeridade do cumprimento das determinações contratuais, ou seja, otimizando o atendimento das demandas públicas de forma ágil e eficiente, em observância ao que preconiza o diploma legal supramencionado, mormente quanto as práticas de sustentabilidade que, dentre outras premissas, asseveram a importância da adoção de métodos e procedimentos de fabricação que visam a mitigação do impacto ambiental e social.

Infere-se, ante os argumentos ora declinados, que o emprego da aludida tecnologia digital para a elaboração de próteses dentárias encontra respaldo

nos critérios de inovação e sustentabilidade, consubstanciados na legislação pertinente e constante do preâmbulo da presente impugnação, que destacam a necessidade do uso de tecnologias com o objetivo primordial de fomentar a economicidade, eficiência e demais princípios basilares que norteiam os procedimentos licitatórios.

Outrossim, a própria essência e objetivo principal da licitação pública é assegurar a ampla competição, uma vez que a disputa deve permitir que a Administração Pública adquira bens e serviços de qualidade a preços mais baixos, mediante a necessária competitividade, abarcando assim o maior número possível de empresas proponentes.

Por conseguinte, as regras do procedimento licitatório determinadas em seu respectivo edital, devem permitir a participação do maior número possível de empresas proponentes, impondo tão somente as condições necessárias para que as propostas se adequem às necessidades da Administração Pública, sendo vedado admitir, prever ou incluir nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes, marca, determinado aspecto técnico ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, o que se verifica no caso vertente.

Diversos princípios esparsos e previstos na legislação aplicável, mormente quanto aos artigos 1º e 5º da Lei Geral de Licitações nº 14133/2021 bem como demais disposições legais aplicáveis ao caso em tela, estabelecem:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

...

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da

competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Por consequência, temos ainda a proibição da discriminação arbitrária em razão de preferências pessoais e subjetivas da Administração Municipal, visto que a licitação tem como escopo afastar a arbitrariedade na seleção do contratado, com o edital de licitação definindo, de modo objetivo e razoável, as exigências a serem atendidas, resultando em tratamento isonômico a todos os proponentes e, assim, afastando exigências arbitrárias, inoportunas e desprovidas de qualquer relevância ou lastro técnico que possam ainda prejudicar o regular processamento da licitação pública.

Como podemos notar dos dispositivos legais ora expostos, a norma é bastante abrangente em seu dispositivo para coibir quaisquer atividades que tenham por meta direta ou indireta afetar o caráter competitivo do certame licitatório, obstando a Administração Pública de prever ou tolerar nos editais, cláusulas ou condições que de qualquer forma comprometam o caráter competitivo do certame.

Desta forma, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção aperfeiçoe-se da melhor forma possível, o que se traduz na escolha mais vantajosa para a Administração Pública. Fácil é verificar que, sem a competição, ante a exigência de cláusulas restritivas, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade e isonomia, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros.

Assim, qualquer exigência no edital deve ser aplicada em conformidade com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, ambos inerentes à Administração Pública, buscando seu único fim, qual seja, a participação ampla das interessadas nos processos licitatórios. Afinal, somente desta forma estar-se-á assegurando uma conduta justa e ilibada do Poder Público na prática de seus atos.

Princípio da Igualdade e Isonomia

No que se refere ao caso em estudo, importante salientar, claro, preciso e oportuno ensinamento do ilustre mestre e doutrinador Marçal Justen Filho, que assim preconiza: *No seu relacionamento com os particulares, a Administração Pública está subordinada constitucionalmente à observância da isonomia. A relevância da isonomia está prevista em diversos dispositivos constitucionais, tais como o art. 5º, “caput” e o art. 19, inc. III. Mas o art. 37, inc. XXI, expressamente determina que as contratações públicas serão promovidas de modo a assegurar a igualdade de condições de todos os concorrentes.*

Ademais, a licitação, bem como o princípio da isonomia, têm como escopo buscar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para o Poder Público, evitando contratações com sobrepreço, preços inexequíveis e ainda incentivar a inovação e o desenvolvimento sustentável, em observância também às novas tecnologias.

Princípios da Competitividade e Legalidade

Aplicável e de suma importância ao debate explanado na presente impugnação, o princípio da competitividade é de importância basilar a todo procedimento licitatório, haja visto ter como premissa e objetivo primordial a adoção de regras que assegurem ampla participação de possíveis interessados de forma isonômica, assegurando ainda a obtenção de melhor preço e, ainda, a aquisição de equipamento, produto e/ou serviço que atenda de forma satisfatória sua efetiva necessidade.

Por derradeiro, sob o prisma do basilar Princípio da Legalidade, previsto também na Constituição Federal, qualquer exigência no edital deve ser aplicada em conformidade com os princípios previstos no artigo 5º da Lei de Licitações, inerentes à Administração Pública, buscando seu único fim, qual seja, a participação ampla das empresas proponentes nos processos licitatórios, afinal, somente desta forma estar-se-á assegurando uma conduta justa e ilibada do Poder Público na prática de seus atos.

Além de ferir os princípios constitucionais e administrativos mencionados, o possível direcionamento de licitação pública contraria também o

princípio da legalidade, uma vez que fere o que determina os mencionados dispositivos legais, sem prejuízo de eventual cometimento de ato de improbidade administrativa.

Do Pedido

Diante dos fatos e fundamentos jurídicos ora apresentados, a presente licitante requer, respeitosamente, a retificação do presente edital licitatório, notadamente qual ao seu termo de referência, com a ampliação das respectivas exigências técnicas, admitindo também o emprego de tecnologia digital, conforme exposto, possibilitando seja ofertado prótese dentária fabricada por intermédio de tecnologia como scanners intraorais e softwares de modelagem e impressora 3D, visto ainda que se mantido o termo de referência em seus exatos termos, restará o atual edital licitatório eivado de caráter ilegal e discriminatório para com possíveis proponentes.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Botucatu, 11 de novembro de 2024.

Identure Brasil – Odontologia Digital Ltda.

Representante Legal